

Casas para todos: dos problemas às respostas?

23 de outubro 2023

Associação de Moradores da Bouça, Porto



Casas para todos: dos problemas às respostas?

23 de outubro 2023

Associação de Moradores da Bouça, Porto

Este encontro dedicado à habitação foi organizado pelo Núcleo Distrital do Porto da EAPN Portugal. Contou com dois painéis: um sobre os problemas do setor, com a participação de Ana Passos (Deco Norte), Teresa Leão (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto) e Helena Amaro (CEAU - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto); outro orientado para as respostas, tendo em conta a experiência das câmaras municipais da Maia e de Paredes.

Autoria do documento: Sílvia Jorge, investigadora do Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura (CiTUA), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

A resposta à questão lançada – "Casas para todos: dos problemas às respostas?" – centrou-se assim, por um lado, 1) em leituras e análises cruzadas em torno da pobreza e da crise na habitação e, por outro, 2) no papel e impacto das políticas públicas. Apresentam-se aqui algumas das principais ideias e recomendações lançadas.

1. Leituras e análises cruzadas em torno da pobreza e da crise na habitação

A atual crise habitacional tem forte impacto na vida das pessoas, sobretudo nas mais pobres, destacando-se: quem vive em condições de insalubridade, sem capacidade para manter ou reparar a sua casa; quem é alvo de discriminação e vive em situações de precariedade extremas, como é o caso de grande parte das pessoas de etnia cigana; quem é obrigado a partilhar casa e co-habitar em sobrelotação; quem se vê obrigado a regressar a casa dos pais, juntamente com os cônjuges e os filhos, por impossibilidade em cobrir os custos com a habitação; quem acaba por vir parar à rua e ficar em situação de sem abrigo. As situações são várias e cada vez em maior número.

O problema da habitação deixou de afetar apenas os grupos mais vulneráveis, passando a atingir também as pessoas e famílias de classe média. Para além das situações antes apresentadas, há muitas outras associadas a uma "pobreza envergonhada", de quem passou, com o aumento das taxas de juro e do custo de vida, a não ter capacidade de pagar as prestações do crédito à habitação e/ou ao consumo. O impacto da crise também se faz sentir entre os proprietários, sobretudo perante um cenário de desemprego, perda de rendimentos ou de doença. Só no ano corrente, a Deco já apoiou cerca de 20.000 famílias. Destaca-se a este nível a falta de literacia financeira de grande parte das pessoas que pedem ajuda, estando ao seu dispor soluções que muitas vezes desconhecem, tais como: amortizar/transferir o crédito; resgatar planos de poupança e reforma e avaliar seguros; renegociar/rever o spread e consolidar ou diferir capital; recorrer à isenção de mais-valias, no caso da venda de um segundo imóvel ou terreno; ou recorrer ao apoio do governo para habitação.

A relação entre as condições de habitabilidade e a pobreza também se refletem na saúde física e mental das pessoas. Quem vive em piores condições e possui menores níveis de escolaridade tem, tendencialmente, menor esperança de vida. As pessoas que vivem em casas mal isoladas, em sobrelotação e/ou sujeitas ao ruído tendem igualmente a ter maior incidência de doenças cardiovasculares. A pandemia de COVID-19 também revelou uma maior concentração de pessoas infetadas nos núcleos mais precários, sendo possível estabelecer uma relação entre as condições de habitabilidade e a transmissão de doenças contagiosas.

Casas para todos: dos problemas às respostas?

23 de outubro 2023

Associação de Moradores da Bouça, Porto

Por fim, o stress constante em que vive grande parte dos grupos de menores recursos repercute-se na sua saúde e bem-estar físico e mental. O desenho e a qualidade dos espaços que habitamos, dentro e fora de portas, influencia, ou mesmo determina, a qualidade de vida e a saúde das pessoas. O acesso a uma habitação condigna, mas também a espaços públicos qualificados, que convidem ao desporto e ao convívio, precisam ser pensados em conjunto.

O acesso à habitação não se limita assim a quatro paredes e um teto. A mobilidade, em particular, acaba por ter um papel central no dia-a-dia das pessoas, sendo menor ou maior dependendo da localização geográfica do local de residência de cada um/a e dos custos e meios de transporte disponíveis. Hoje, os custos não só com a habitação, mas também com a mobilidade, determinam se dada família está acima ou abaixo do limiar da pobreza. É no direito à mobilidade que também assentam muitos outros direitos: à educação, à saúde, ao trabalho, ao rendimento. A mobilidade deve, assim, assumir um papel de maior destaque ao nível das políticas públicas, integrando as cartas municipais de habitação, mas também as intervenções desencadeadas ao nível da Área Metropolitana do Porto. A par da promoção de mais e melhores transportes públicos, é importante sensibilizar para a promoção de hábitos saudáveis como andar a pé e de bicicleta.

São assim várias as dimensões e fatores associados ao problema da habitação, que precisa ser encarado como um desígnio nacional, numa perspetiva de curto, médio e longo prazo. O problema revela-se cada vez mais estrutural e transversal a toda a sociedade.

2. O papel e o impacto das políticas públicas.

Ao Estado compete fomentar o estabelecimento de um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e o acesso à habitação própria, mas também executar uma política que garanta uma rede adequada de transportes, serviços e equipamentos de apoio à população. Para isso é necessário (re)conhecer o problema da dificuldade ou incapacidade de acesso a uma habitação condigna, pensar de forma integrada, estabelecer prioridades e avançar para o terreno, cerzindo políticas. Como se ressaltou no ponto anterior, a política de habitação também é uma política de saúde e de mobilidade, por exemplo.

Reconhece-se a importância de algumas medidas lançadas recentemente para fazer frente ao problema da habitação em Portugal, mas identificam-se alguns entraves que importa superar.

No imediato, destaca-se:

- O acesso a informação e apoio de qualidade – Muitas pessoas desconhecem a existência de apoios e respostas, ou têm um conhecimento enviesado dos mesmos, sendo fundamental uma maior articulação com os municípios e outras entidades que estão no terreno e podem desempenhar um papel importante a este nível, divulgando a informação dirigida à garantia de acesso a uma habitação condigna e, quando aplicável, apoiando na instrução de candidaturas.
- A burocracia – Há financiamento disponível ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), 100% a fundo perdido, no caso do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, mas os procedimentos precisam ser clarificados e aligeirados, por forma a viabilizar as intervenções em tempo útil. Parte dos atrasos na execução das Estratégias Locais de Habitação devem-se à carga burocrática dos procedimentos associados ao processo. A título de exemplo, desde a aprovação da Estratégia Local de Habitação da Maia, em 2019, até ao lançamento da primeira pedra decorreram quatro anos.

Casas para todos: dos problemas às respostas?

23 de outubro 2023

Associação de Moradores da Bouça, Porto

- A participação – O envolvimento das populações nas fases de diagnóstico, elaboração e construção das soluções habitacionais é muitas vezes descurada e negligenciada, embora constitua um dos princípios de intervenção destacados na Nova Geração de Políticas de Habitação em curso. O trabalho em rede e em parceria, inscrito numa abordagem participativa, revela-se fundamental. Os dois municípios convidados – Maia e Paredes – mostraram a importância de um trabalho de proximidade com as populações, em específico com as da comunidade cigana, no sentido de as envolver na solução, mas também de promover a adaptação a um novo contexto habitacional, atitudes e comportamentos de tolerância e prevenção de conflitos a nível local, como condição para uma maior coesão social e convivência intercultural no território. Os processos de realojamento bem-sucedidos não se esgotam com a atribuição de uma casa, é necessário fazer um acompanhamento com as comunidades ao nível do trabalho, da educação, da saúde, da sua contínua participação e envolvimento nas diferentes esferas da vida.

Numa perspetiva de médio-longo prazo, sublinha-se:

- A escala do problema – As necessidades são de tal ordem que possivelmente ninguém terá uma noção real da escala do problema, requerendo-se o acesso a informação da Segurança Social e de outras entidades públicas que permita ajudar a sinalizar quem mais precisa e a identificar os grupos tendencialmente mais vulneráveis. A monitorização das políticas públicas será fundamental para ver a quem se chega e qual o impacto efetivo das intervenções desencadeadas.
- O planeamento e ordenamento do território – Uma vez que o problema da habitação cruza diferentes dimensões e áreas de intervenção, importa cruzar diferentes escalas (local, municipal, metropolitana, intermunicipal, regional, nacional) e pensar na ótica do planeamento e ordenamento do território, sem, com isso, pesar ainda mais a estrutura institucional e operativa. Este desafio apenas será alcançado a partir do estabelecimento e fortalecimento de redes, que permitam aproximar e colocar em diálogo os vários e diferentes intervenientes em presença.
- O que estará para lá do PRR – Não sendo possível encontrar solução para todos os que necessitam no imediato de aceder a uma habitação condigna, é fundamental definir objetivos e conjugar esforços a curto, médio-longo prazo, colocando o foco para lá de 2026, ou seja, da execução do PRR. Importa preparar e assegurar um trabalho de continuidade e permanência ao nível das políticas de habitação, mas também monitorizar e avaliar as respostas desencadeadas, como forma de as melhorar e garantir a execução dos objetivos preconizados.